



Ecologia e cuidado na ‘Louvado Sejas’ e no pensamento de Amartya Sen: proposições para uma ética responsável e um modelo de desenvolvimento livre e sustentável

Lino Rampazzo¹

José Marcos Miné Vanzela²

Eixo Temático: COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: INFÂNCIA JUVENTUDES, TERCEIRA IDADE - Educação e Sustentabilidade

Resumo: O presente ensaio reflete sobre a ecologia do cuidado a partir do documento pontifício ‘Louvado Sejas’, ressaltando especificamente a abordagem religiosa, a falta de cuidado como causa do problema ecológico, a proposta de uma ecologia integral, que considere sua relação com a política e com a educação. Mas tais reflexões, de matriz religiosa, possuem um alcance também universal, pois esta mensagem é dirigida a toda a família humana. Neste sentido justifica-se refletir sobre a mesma temática a partir também da visão de Amartya Sen, que apresenta tanto uma crítica ao modelo de desenvolvimento centrado no crescimento do PNB, como uma significativa sensibilidade ética.

Palavras-chave: Ecologia e Cuidado. Louvado Sejas. Amartya Sen. Ética responsável. Desenvolvimento sustentável.

Abstract: This essay reflects on the ecology of care from the pontifical document 'Louvado Sejas', emphasizing specifically the religious approach, the lack of care as the cause of the ecological problem, the proposal of an integral ecology, that considers its relation with the Politics and education. But such reflections, of a religious nature, have a universal scope as well, since this message is addressed to the whole human family. In this sense, it is justified to reflect on the same theme from the view of Amartya Sen, which presents both a critique of the development model centered on the growth of GNP and a significant ethical sensitivity.

Keywords: Ecology and Care. “Laudato S”. Amartya Sen. Responsible ethics. Sustainable development.

Introdução

¹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Lateranense (Roma) - Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra (Portugal) - Professor e Pesquisador no Programa de Mestrado em Direito do Centro Unisal – U.E. de Lorena (SP) - E-mail: lino.rampazzo@uol.com.br

² Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro)
Professor e Pesquisador no Programa de Mestrado em Direito do Centro Unisal – U.E. Lorena (SP)
Professor da Faculdade Dehoniana – FADE Taubaté. E-mail: enimine@gmail.com

O presente ensaio, com uma metodologia interdisciplinar, reflete sobre a ecologia do cuidado a partir do documento pontifício ‘Louvado Sejas’ com o objetivo de apresentar proposições para uma ética responsável. Com o mesmo objetivo analisa-se o pensamento de Amartya Sen que propõe um modelo de desenvolvimento, livre e sustentável que atenda melhor às exigências de uma ecologia integral. A escolha do tema se justifica pelo fato de estar articulado com o Eixo: “COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: INFÂNCIA JUVENTUDES, TERCEIRA IDADE - Educação e Sustentabilidade” do, III Congresso Nacional de Educação promovido pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Ressalta-se que um dos itens apresentados, relativo ao ‘Louvado sejas’, diz respeito especificamente à Educação; e todas as outras reflexões, seja deste Documento, como as do filósofo Amartya Sen, são muito significativas quanto à conscientização sobre a problemática ecológica que é fundamental para que seja garantida a sustentabilidade do Planeta Terra.

A metodologia utilizada é especificamente documental e bibliográfica.

1. Uma visão geral do Documento ‘Louvado Sejas’

O que está acontecendo no planeta terra, a nossa casa comum? Infelizmente não há “notícias boas”. Eis, a seguir, seus principais problemas: 1) Poluição e mudanças climáticas: “A exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta gama de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, e provocam milhões de mortes prematuras” (n. 20). 2) A água: “Grandes cidades, que dependem de importantes reservas hídricas, sofrem períodos de carência do recurso” (n. 28). 3) Perda da biodiversidade: “A perda de florestas e bosques implica simultaneamente a perda de espécies que poderiam constituir, no futuro, recursos extremamente importantes não só para a alimentação mas também para a cura de doenças e vários serviços” (n. 32). 4) Deterioração da qualidade de vida humana e degradação social: “Muitas cidades são grandes estruturas que não funcionam, gastando energia e água em excesso” (n. 44). 5) Desigualdade planetária: “O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social” (n. 48).

Exatamente com estas palavras, no dia 24 de maio de 2015, o Papa Francisco apresentou o problema ecológico, na encíclica “Louvado sejas: sobre o cuidado da *casa comum*”.

A "*casa comum*" é o nosso "Planeta Terra". Aliás, a palavra "Ecologia" provém do grego *oikós* (=lugar de habitação) e *loghia* (= estudo): e se refere à ciência que "estuda" o mundo como “morada” do homem.

No início do documento citado, Francisco apontava para a causa da degradação do meio ambiente, nestes termos: “A irmã (Terra) clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la” (n. 2).

Apresentam-se, a seguir, algumas significativas reflexões do "Louvado seja", valiosas não só para aqueles que têm a fé cristã, ou simplesmente religiosa, mas para "cada pessoa que habita neste planeta" (n. 3).

1.1 Ecologia: uma abordagem religiosa

A ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num diálogo intenso e frutuoso para ambas (n. 62). De fato, se tivermos presente a complexidade ecológica, devemos reconhecer que as soluções não podem vir de uma única maneira de interpretar e transformar a realidade. É necessário recorrer também às diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade (n. 63). Além disso, não se pode esquecer que as convicções de fé oferecem aos cristãos, e também a outros crentes, motivações altas para cuidar da natureza e dos irmãos e irmãs mais frágeis (n. 64).

Neste sentido a Bíblia mostra quem é o homem e o que é o mundo. Cada ser humano é criado por amor e é feito à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,1): o que aponta para a sua grande dignidade (n. 65). E a existência humana se baseia sobre três relações fundamentais: com Deus, com o próximo e com a terra. Mas estas três relações se romperam: e essa ruptura é o pecado, quer dizer, a falta de harmonia. O homem quis ocupar o lugar de Deus, recusando-se a se reconhecer como criatura limitada. E o pecado se manifesta hoje, com toda a sua força de destruição, nas guerras, nas várias formas de violência, no abandono dos mais frágeis e nos ataques contra a natureza (n. 66).

Deus "colocou o homem no jardim de Eden para que o cultivasse e guardasse" (Gn 2,15). Mas "guardar" significa proteger, cuidar, preservar e velar. Isto implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza (n. 67). Isso implica que o ser humano, dotado de inteligência, respeite as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo (n. 68).

A seguir, o documento "Louvado sejas" apresenta as etapas mais significativas da Bíblia nas quais continuamente aparece esta relação de harmonia, ou de conflito entre o homem diante de Deus e diante da terra: lembra os relatos de Caim/Abel, Noé (dilúvio); e fala da legislação de Israel sobre o sábado, o ano sabático e o ano jubilar: de fato é sinal do respeito para com o homem e com a terra a instituição do sábado (o descanso semanal), do ano sabático (uma vez cada sete anos não se semeava e só se colhia o indispensável para sobreviver e oferecer hospitalidade) e o jubileu (depois de 49 anos, além do descanso do trabalho da terra, "cada um recuperava a sua propriedade" [Lv 25,13], para que se evitasse a concentração dos bens nas mãos de poucos) (n. 71).

Lembra-se que, atrás da "natureza", existe um "projeto de amor de Deus" (n. 76); que cada homem "tem em si uma identidade pessoal, capaz de entrar em diálogo com os outros e com o próprio Deus" (n. 81); que "nenhuma criatura fica fora da manifestação de Deus" (n. 85); que "tudo está relacionado e todos nós, seres humanos, caminhamos juntos como irmãos e irmãs numa peregrinação maravilhosa, entrelaçados pelo amor que Deus tem a cada uma das suas criaturas e que nos une também, com terna afeição, ao irmão sol, à irmã lua, ao irmão rio e à mãe terra" (n. 92); que "a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos" (n. 93). E, quanto ao "olhar de Jesus", o texto lembra que ele "podia convidar os outros a estar atentos à beleza que existe no mundo, porque Ele próprio vivia em contato permanente com a natureza e prestava-lhe uma atenção cheia de carinho e admiração dizendo 'Levantai os olhos e vede os campos que estão dourados para a ceifa' (Jo 4, 35)" (n. 97). Além disso, o destino da criação inteira passa pelo mistério de Cristo, que nela está presente desde a origem: 'Todas as coisas foram criadas por Ele e para Ele' (Cl 1, 16) (n. 99); e o Cristo ressuscitado e glorioso, está presente em toda a criação com o seu domínio universal, que se manifestará no fim dos tempos (n. 100).

1.2 Ecologia: a falta de cuidado

Há um modo desordenado de conceber a vida e a ação do ser humano, que contradiz a realidade até ao ponto de a arruinar (n. 101). Isso se percebe, antes de tudo, pela maneira com a qual o homem se serve da tecnologia. Por um lado, é justo que nos alegremos com os progressos da tecnologia (n. 102). Não podemos, porém, ignorar que a energia nuclear, a biotecnologia, a informática, o conhecimento do nosso próprio DNA e outras potencialidades que adquirimos nos dão um poder tremendo sobre o conjunto do gênero humano e do mundo inteiro. Basta lembrar as bombas atômicas lançadas em pleno século XX (n. 104). De fato, o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência (n. 105).

Sempre se verificou a intervenção do ser humano sobre a natureza, mas agora, o que interessa é extrair o máximo possível das coisas. Daqui passa-se facilmente à ideia dum crescimento infinito ou ilimitado, que tanto entusiasmou os economistas, os teóricos da finança e da tecnologia (n. 106).

É preciso reconhecer que os produtos da técnica não são neutros, porque criam uma trama que acaba por condicionar os estilos de vida e orientam as possibilidades sociais na linha dos interesses de determinados grupos de poder (n. 107). E o paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política (n. 109). A fragmentação do saber realiza a sua função no momento de se obter aplicações concretas, mas frequentemente leva a perder o sentido da totalidade. Isto impede de individuar caminhos adequados para resolver os problemas mais complexos do mundo atual, sobretudo os do meio ambiente e dos pobres, que não se podem enfrentar a partir duma única perspectiva nem dum único tipo de interesses (n. 110). Ninguém quer o regresso à Idade da Pedra, mas é indispensável abrandar a marcha para olhar a realidade de uma outra forma (n. 114). Em seguida, o documento critica aquele relativismo prático que se dá quando o ser humano, colocando-se no centro, acaba por dar prioridade absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo o mais se torna relativo (n. 122).

Uma outra consequência deste antropocentrismo é a desvalorização do trabalho humano. Mas não podemos esquecer que o trabalho é uma necessidade, faz parte do sentido da vida nesta terra, é caminho de maturação, de desenvolvimento humano e de realização pessoal. Neste sentido, ajudar os pobres com o dinheiro deve ser sempre um

remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho (n. 128).

Uma das questões de toda esta problemática diz respeito à inovação biológica a partir da pesquisa: o que poderia levar a uma indiscriminada manipulação genética que ignore os efeitos negativos destas intervenções (n. 131). Além disso, é preocupante constatar que alguns movimentos ecologistas, por um lado, defendem justamente a integridade do meio ambiente mas, por outro lado, não aplicam estes mesmos princípios à vida humana. Muitas vezes justifica-se que se ultrapassem todos os limites, quando se fazem experiências com embriões humanos vivos. Esquece-se que o valor inalienável do ser humano é independente do seu grau de desenvolvimento (n. 136).

1.3 Ecologia integral

O adjetivo "integral" já aponta para os vários aspectos da ecologia, que vão ser tratados no capítulo IV do documento (n. 137-162), a saber: Ecologia ambiental, econômica e social (n. 138-142); Ecologia cultural (n. 143-146); e Ecologia da vida cotidiana (n. 147-155). De fato, os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial (n. 137). Em seguida apresentam-se algumas considerações sobre o princípio do bem comum (n. 156-158); e a justiça intergeracional (159-162).

A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o *meio ambiente* onde se desenvolvem. E isto exige refletir acerca das condições de vida e de sobrevivência duma sociedade (n. 138). Não há duas crises separadas: uma *ambiental* e outra *social*; mas uma única e complexa crise *sócio-ambiental* (n. 139).

Hoje, pois, a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente. Por isso, é necessária uma *ecologia econômica*, capaz de induzir a considerar a realidade de forma mais ampla (n. 141).

Alem do patrimônio natural, encontra-se igualmente ameaçado um patrimônio histórico, artístico e cultural. Por isso, a *ecologia* envolve também o cuidado das *riquezas culturais* da humanidade. É preciso, pois, que se preste atenção às culturas locais, quando se analisam questões relacionadas com o meio ambiente, fazendo

dialogar a linguagem técnico-científica com a linguagem popular (n. 143). A visão consumista do ser humano, tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade (n. 144). O desaparecimento duma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento duma espécie animal ou vegetal (n.145).

A sucessiva temática relativa à *Ecologia da vida quotidiana* diz respeito à maneira de viver a vida, no nosso quarto, na nossa casa, no nosso lugar de trabalho e no nosso bairro. Esforçamo-nos por nos adaptar ao ambiente e, quando este aparece desordenado, caótico ou cheio de poluição visiva e acústica, o excesso de estímulos põe à prova as nossas tentativas de desenvolver uma identidade integrada e feliz (n.147). É preciso, pois, cuidar dos espaços comuns, dos marcos visuais e das estruturas urbanas que melhoram o nosso sentido de pertença, a nossa sensação de enraizamento, o nosso sentimento de 'estar em casa' dentro da cidade que nos envolve e une (n. 150-151).

O documento aponta para outros problemas, como o da falta de habitação, tanto nas áreas rurais, como nas grandes cidades (n. 152), o dos transportes inadequados, que muitas vezes são causa de grandes tribulações para os habitantes das cidades (n. 153) e o do estado de abandono e desleixo que sofrem alguns habitantes das áreas rurais (n. 154). Fala em seguida de uma *ecologia humana* que se expressa também na aceitação do próprio corpo, cuidando dele e respeitando os seus significados, inclusive na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente (n. 155).

O bem comum consiste no conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição (n. 156): pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com seus direitos fundamentais e inalienáveis; e exige os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade. Destaca-se, de forma especial, a valorização da família, enquanto célula basilar da sociedade. O bem comum requer a paz social (n. 157); e, nas condições atuais da sociedade mundial, apela para a solidariedade e para uma opção preferencial pelos mais pobres (n. 158).

Por fim, a noção de bem comum engloba também as gerações futuras: trata-se da *justiça intergeracional*. Quando pensamos na situação em que se deixa o planeta às gerações futuras, entramos numa outra lógica: a do dom gratuito, que recebemos e

comunicamos (n. 159). As previsões catastróficas já não se podem olhar com desprezo e ironia. Às próximas gerações, poderíamos deixar demasiadas ruínas, desertos e lixo (n. 161).

1.4 Ecologia e política

O capítulo V do documento (n. 163-201), intitulado "Algumas Linhas de orientação e ação", procura delinear grandes percursos de diálogo que ajudem a sair da espiral de autodestruição (n. 163); e, mais especificamente: o diálogo sobre o meio ambiente na política internacional (n. 164-175), o diálogo para novas políticas nacionais e locais (n. 176-181), o diálogo e transparência nos processos decisórios (n. 181-188), a Política e economia em diálogo para a plenitude humana (n. 189-198) e as religiões no diálogo com as ciências (n. 199-201). Destacam-se, a seguir, apenas alguns pontos.

As cúpulas mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, *por falta de decisão política*, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes (n. 166), inclusive no sistema de governança dos oceanos (n. 174). Além disso, criticam-se aquelas estratégias que apostam na internacionalização dos custos ambientais, como a compra-venda de 'créditos de emissão', que não ajuda a reduzir a emissão global de gases poluentes (n. 170-171). Neste contexto, torna-se indispensável a maturação de instituições internacionais mais fortes e eficazmente organizadas, com autoridades designadas de maneira imparcial por meio de acordos entre os governos nacionais e dotadas de poder de sancionar (n. 175).

Destaca-se a importância do *Direito*, que atua como moderador efetivo, estabelecendo regras para as condutas permitidas, à luz do bem comum (n. 177). Mas, dado que o direito por vezes se mostra insuficiente devido à corrupção, requer-se uma decisão política sob pressão da população (n. 179). Criticam-se as atitudes de governos que, respondendo a interesses eleitorais, não se aventuram facilmente a irritar a população com medidas que possam afetar o nível de consumo ou pôr em risco investimentos estrangeiros (n. 178). A nível nacional e local, há sempre muito que fazer, como, por exemplo, promover formas de poupança energética, com menor utilização de matérias-primas, retirando do mercado os produtos pouco eficazes do ponto de vista energético ou mais poluentes (n. 180).

Fala-se, em seguida, da necessidade de um sério estudo sobre o impacto ambiental (n. 183), sobre a necessidade de tomar decisões baseadas num confronto entre riscos e benefícios (n. 184) e sobre a aplicação do 'princípio de precaução', para o qual, se a informação objetiva leva a prever um dano grave e irreversível, mesmo que não haja uma comprovação indiscutível, o projeto previsto deverá ser suspenso, ou modificado (n. 186).

No item "Política e economia em diálogo para a plenitude humana" afirma-se que a política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia (n. 189). Temos de nos convencer que reduzir um determinado ritmo de produção e consumo pode dar lugar a outra modalidade de progresso e desenvolvimento (n. 191). Um desenvolvimento tecnológico e econômico, que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não se pode considerar progresso (n. 194).

A política e a economia tendem a culpar-se reciprocamente a respeito da pobreza e da degradação ambiental. Mas o que se espera é que reconheçam os seus próprios erros e encontrem formas de interação orientadas para o bem comum (n. 198).

Por fim, no item "As religiões no diálogo com as ciências" afirma-se que não se pode sustentar que as ciências empíricas expliquem completamente a vida, a essência íntima de todas as criaturas e o conjunto da realidade. Se se reflete dentro deste quadro restrito, desaparecem a sensibilidade estética, a poesia e ainda a capacidade da razão perceber o sentido e a finalidade das coisas. Os textos religiosos clássicos podem oferecer um significado para todas as épocas e possuem uma força motivadora que abre sempre novos horizontes. Será razoável e inteligente relegá-los para a obscuridade, só porque nasceram no contexto duma crença religiosa? Os princípios éticos, que a razão é capaz de perceber, sempre podem reaparecer sob distintas roupagens e expressos com linguagens diferentes, incluindo a religiosa (n. 199).

Em todo o caso, será preciso fazer apelo aos crentes para que sejam coerentes com a sua própria fé e não a contradigam com as suas acções. Se às vezes uma má compreensão dos princípios religiosos levou a justificar o abuso da natureza, ou as guerras, a injustiça e a violência, os crentes devem reconhecer que então foram infiéis ao tesouro de sabedoria que deviam guardar (n. 200).

A maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente, e isto deveria levar as religiões a estabelecerem diálogo entre si, visando o cuidado da natureza, a defesa dos

pobres, a construção duma trama de respeito e de fraternidade. De igual modo é indispensável um diálogo entre as próprias ciências, porque cada uma costuma fechar-se nos limites da sua própria linguagem, e a especialização tende a converter-se em isolamento. A gravidade da crise ecológica obriga-nos, a todos, a pensar no bem comum e a prosseguir pelo caminho do diálogo que requer paciência, ascese e generosidade (n. 201).

1.5 Ecologia e Educação

O capítulo VI do documento (n. 202-246), intitulado "Educação e espiritualidade ecológicas" diz respeito ao grande desafio cultural, espiritual e educativo para permitir novas convicções, atitudes e estilos de vida (n. 202); e mais especificamente: apontar para outro estilo de vida (n. 203-208), educar para a aliança entre a humanidade e o ambiente (n. 209-215), a conversão ecológica (n. 216-221), alegria e paz (n. 222-227), amor civil e político (n. 228-232), os sinais sacramentais e o descanso celebrativo (n. 233-237), a Trindade e a relação entre as criaturas (n. 238-240), a Rainha de toda a criação (n. 241-242) e para além do sol (n. 243-246). Aqui também, destacam-se, a seguir, apenas alguns pontos.

O mercado tende a criar um mecanismo consumista compulsivo para vender os seus produtos (n. 203). Isso acontece porque, quanto mais vazio está o coração da pessoa, tanto mais necessita de objetos para comprar, possuir e consumir (n. 204).

Existe uma responsabilidade social dos consumidores. A esse respeito é bom lembrar que, quando os hábitos da sociedade afetam os ganhos das empresas, estas vêm-se pressionadas a mudar a produção (n. 206).

A Carta da Terra, iniciativa global da sociedade civil, publicada no ano de 2000, convidava a todos, nestes termos: "Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início" (n. 207).

A educação ambiental, no começo, estava muito centrada na informação científica e na conscientização e prevenção dos riscos ambientais, mas agora tende a incluir uma crítica dos 'mitos' da modernidade baseados na razão instrumental (individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras) e tende também a recuperar os distintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com

Deus. A educação ambiental deveria predispor-nos para dar este salto para o Mistério, do qual uma *ética ecológica* recebe o seu sentido mais profundo (n. 210).

_O respeito para com o ambiente se manifesta através de pequenas ações diárias, tais como: evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias (n. 211). E isso, nos vários âmbitos educativos (escola, família, os meios de comunicação, a catequese, e outros (n. 213), sem esquecer, naturalmente, que compete à política e às várias associações um esforço de formação das consciências da população (n. 214).

Os itens que seguem, a partir da temática da “conversão ecológica” referem-se especificamente aos cristãos: a eles Francisco propõe algumas *linhas de espiritualidade ecológica*, que gera motivações para alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo (n. 216). Ei-las: a) viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa (n. 217); b) São Francisco de Assis é um modelo para propor uma sã relação com a criação como dimensão da conversão integral da pessoa (n. 218); c) a conversão ecológica, que se requer para criar um dinamismo de mudança duradoura, é também uma conversão comunitária, até porque não basta que cada um seja melhor (n. 219); d) esta conversão comporta várias atitudes: em primeiro lugar, gratidão e reconhecimento do mundo como dom recebido do amor do Pai, que conseqüentemente provoca disposições gratuitas de renúncia e gestos generosos; a consciência amorosa de não estar separado das outras criaturas, mas de formar com os outros seres do universo uma estupenda comunhão universal; a reponsabilidade para fazer crescer as peculiares capacidades que Deus deu a cada crente, que o leva a desenvolver a sua criatividade e entusiasmo para resolver os dramas do mundo, oferecendo-se a Deus ‘como sacrifício vivo, santo e agradável’ (Rm 12, 1) (n. 220).

Há várias convicções da fé cristã que ajudam a enriquecer o sentido dessa conversão ecológica, a saber: a consciência de que cada criatura reflete algo de Deus e tem uma mensagem para transmitir, ou a certeza de que Cristo assumiu em Si mesmo este mundo material e agora, ressuscitado, habita no íntimo de cada ser, envolvendo-o com o seu carinho e penetrando-o com a sua luz; e ainda o reconhecimento de que Deus criou o mundo, inscrevendo nele uma ordem e um dinamismo que o ser humano não

tem o direito de ignorar. Tudo isso suscita aquela sublime fraternidade com a criação inteira que viveu, de maneira tão elucidativa, São Francisco de Assis (n. 221).

A espiritualidade cristã encoraja um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda *alegria* sem estar obcecado pelo consumo: propõe, assim, um crescimento na sobriedade e uma capacidade de se alegrar com pouco (n. 222). Trata-se de uma sobriedade, vivida livre e conscientemente, que é libertadora: dá apreço a cada pessoa e a cada coisa, aprende a familiarizar com as coisas mais simples e sabe alegrar-se com elas. Encontra satisfação nos encontros fraternos, no serviço, na frutificação dos próprios carismas, na música e na arte, no contato com a natureza, na oração (n. 223).

O desaparecimento da humildade, num ser humano excessivamente entusiasmado com a possibilidade de dominar tudo sem limite algum, só pode acabar por prejudicar a sociedade e o meio ambiente. Não é fácil desenvolver esta humildade sadia e uma sobriedade feliz, se nos tornamos autônomos, se excluimos Deus da nossa vida fazendo o nosso eu ocupar o seu lugar (n. 224).

Uma ecologia integral exige que se dedique algum tempo para recuperar a harmonia serena com a criação, refletir sobre o nosso estilo de vida e os nossos ideais, contemplar o Criador, que vive entre nós e naquilo que nos rodeia e cuja presença não precisa de ser criada, mas descoberta, desvendada (n. 225).

Vivemos, há muito tempo, na degradação moral, furtando-nos à ética, à bondade, à fé, à honestidade. Uma tal destruição de todo o fundamento da vida social acaba por colocar-nos uns contra os outros na defesa dos próprios interesses, provoca o despertar de novas formas de violência e crueldade (n. 229). É preciso se contrapor a este estilo de vida através de um amor fraterno gratuito (n. 228), a partir de pequenos gestos. Este amor, é também *civil* e *político*. Neste contexto, o amor social impele a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma *cultura do cuidado* que permeie toda a sociedade (n. 231).

Na espiritualidade cristã há um espaço significativo na experiência dos sacramentos, que constituem um modo privilegiado em que a natureza é assumida por Deus e transformada em mediação da vida sobrenatural. A água (batismo), o azeite (crisma, unção dos enfermos, ordem), o fogo (círio pascal) e as cores (na liturgia), a mão que abençoa, o pão (consagrado na Eucaristia) são assumidos com toda a sua força simbólica e incorporam-se no louvor (n. 235-236). Além disso, a celebração do

domingo torna este dia como um tempo de cura das relações do ser humano com Deus, consigo mesmo, com os outros e com o mundo (n. 237).

Por fim, a fé cristã na Trindade considera o Pai como a fonte última de tudo; o Filho, como Aquele por Quem tudo foi criado e se uniu a esta terra; e o Espírito, como vínculo infinito de amor, intimamente presente no coração do universo (n. 238). Isso leva a pensar que toda a realidade contém em si mesma uma marca propriamente trinitária (n. 239) E como as Pessoas divinas se relacionam continuamente e reciprocamente, assim também o mundo, criado segundo o modelo divino, é uma trama de relações. Nesta perspectiva, a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas (n. 240).

Os últimos números do Documento fazem referência a Maria Mãe de Cristo, cujo corpo glorificado, juntamente com Cristo ressuscitado, é uma parte da criação que alcançou toda a plenitude da sua beleza (n. 241); e apontam para o final da história, a vida eterna, onde cada criatura, esplendorosamente transformada, ocupará o seu lugar (n. 243). Assim, “na expectativa da vida eterna, unimo-nos para tomar a nosso cargo esta casa que nos foi confiada, sabendo que aquilo de bom que há nela será assumido na festa do Céu” (n. 244). Segue, por fim o convite à “oração pela nossa terra” e à “oração cristã com a criação”.

2 Um modelo de desenvolvimento livre e sustentável a partir de Amartya Sen

A abordagem da encíclica deixa evidente o grave problema ético que envolve a questão do modelo de desenvolvimento predominante na sociedade hoje e a urgência de pensar alternativas que respeitem a ecologia integral. Neste item, faz-se o esforço a partir de Amartya Sen de apresentar um modelo alternativo. Constata-se a insuficiência do modelo predominante e a necessidade de pensar uma alternativa. Apresenta-se a perspectiva da sustentabilidade a partir do desenvolvimento como ampliação das liberdades substanciais, com destaque a educação e saúde. Abordam-se as experiências vigentes e a afirmação da liberdade como fim e meio para o desenvolvimento sustentável.

Neuro Zambam inicia o capítulo dois de seu livro “Amartya Sen, liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável”, onde trata do desenvolvimento sustentável com a seguinte colocação.

O modelo de desenvolvimento que caracteriza o ordenamento das sociedades contemporâneas, alicerçado, como mencionado anteriormente, prioritariamente, sobre o aumento do Produto Nacional Bruto, o acesso e a modernização das tecnologias, o processo de industrialização e o aprimoramento das relações de mercado, não tem legitimidade moral. (2012, p. 135).

A crítica ao modelo predominante é aqui, como na “Louvado Sejas”, explícita e dispensa maiores comentários, enquanto ponto de partida comum. Há, porém um significativo distanciamento que pode expressar-se na tensão entre autoridade e legitimidade, especialmente quando se compreende a tensão entre liberdade e tradição. Nas palavras de Amartya Sen:

- 1) O valor básico de que se deve permitir às pessoas decidir livremente que tradições elas desejam ou não seguir; e
- 2) A insistência em que tradições estabelecidas sejam seguidas (haja o que houver) ou, alternativamente, em que as pessoas têm de obedecer às decisões de autoridades religiosas ou seculares que impõem a observância das tradições – reais ou imaginárias. (2010, p.50).

Por um lado, o documento “Louvado sejas” pertence à tradição Católica, e por outro Amartya Sen é um economista que pertence à tradição do pensamento liberal. Porém, além das tensões, há pontos de convergência e correção recíproca.

Como liberal, Sen pensa a seguinte questão: “Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos ‘fazer’ com mais riquezas?” (2010, p. 28). E logo dá seu primeiro critério para avaliar o desenvolvimento: “O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e as liberdades que desfrutamos.” (2010, p. 29). Não se pode negar, contudo, que o tema da liberdade e de sua privação, antes de ser um tema moderno, foi e é um tema dos Cristianismo. O reconhecimento da liberdade leva ao reconhecimento da dignidade humana e da integridade dos direitos humanos em muitos autores, inclusive no próprio Sen, como atesta o capítulo 17, intitulado “Direitos humanos e imperativos globais” do seu livro “A ideia de Justiça” (2011, p. 390 et seq.). Centrar o

desenvolvimento nas liberdades para ele significa orientá-lo para a promoção da justiça e dos direitos humanos, através da promoção das capacitações dos seres humanos.

Sen identifica inúmeras formas de privação de liberdade, como a pobreza, a fome, a mortalidade e a privação das capacidades, além do autoritarismo político. Apresenta-se como um defensor da democracia, mostrando suas raízes globais além da tradição ocidental no livro “El valor de la democracia” (2009). O modelo desenvolvimentista centrado no PNB é em muitos casos concentrador de recursos e não supera as gritantes desigualdades, negligenciando os recursos ambientais, como afirma Zambam (2012, p. 135). O próprio Sen (2010), ao tratar do Tema “Pobreza e mortalidade”, lembra que a população negra nos EUA tem expectativa de vida próxima e até inferior à população de países muito mais pobres como China e Índia.

Por outro lado, Sen também lembra que a negação de oportunidade de transação por meio de controles arbitrários pode ser uma fonte de privação de liberdade, argumentando a favor do mercado. Além disso, políticas de restrições arbitrárias ao mercado podem ter o efeito de restringir a expansão de liberdades subjetivas por meio da prosperidade geral. Mesmo assim, não nega que os mercados podem ser contraproducentes e que precisam de regulação, como exemplificou a partir do controle financeiro na própria tradição de Adam Smith (2010, p. 42-43).

A partir deste quadro inicial que reconhece os sistemas econômicos e políticos, mas também suas insuficiências em promover o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento sustentável, Sen desenvolve sua proposta.

Em sua abordagem do desenvolvimento como liberdade Sen afirma: “Ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e é (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos.” (2010, p. 33). Ele considera que o desenvolvimento da pessoa vai no sentido de ter mais liberdade através da sua capacitação. Tem-se o exemplo do Dr Ben Carson um negro pobre nos EUA, que mediante sua capacitação se tornou o mais importante neurocirurgião, realizando grandes façanhas na área. A liberdade substantiva de poder estudar em uma boa escola lhe permitiu resultados valiosos. Sen também afirma: “Se nossa atenção for desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a ideia mais inclusiva da privação de capacidade, poderemos entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base informacional diferente.” (2010, p. 35). Isso permite ao autor

abordar o que Zambam chama de “Outras concepções político metodológicas de desenvolvimento, elegendo, em primeiro plano, as prioridades relacionadas com as necessidades humanas, sociais, ambientais e culturais e, também, com os demais aspectos que envolvem esse panorama.” (2012, p. 136). Sen desenvolve a seguinte visão na qual o desenvolvimento é entendido como:

[...] um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem a expansão da liberdade é considerada (1) *o fim principal* e (2) *O principal meio* do desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. (2010, p. 55).

A participação política é parte *constitutiva* do próprio desenvolvimento. Ele afirma tanto a importância *intrínseca*, quanto *instrumental* da liberdade humana. Desse modo, a liberdade é um valor por si só importante (2010, p. 56). Além disso, é também um valor instrumental, enquanto liberdade política, econômica, social, garantia de transparência e segurança. A liberdade é não apenas o objetivo, mas o principal meio do desenvolvimento em seu sentido mais integral. Neste sentido, para Sen, as *liberdades políticas*:

[...] referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluir a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. (2010, p. 58).

Já as *Facilidades econômicas*: “São as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca” (2010, p. 59), enquanto que as “*Oportunidades sociais* são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor.” (2010, p. 59). Elas também são importantes para a efetiva participação econômica e política. “*As garantias de transparência* referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de segredo e clareza.” (2010, p. 60). Supõe eticidade e cumplicidade. “*A segurança protetora* é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo a fome e morte.” (2010, p. 60).

Essas passagens deixam muito claro que o modelo mais amplo de avaliação do desenvolvimento não se fixa apenas no aumento de renda, mas também na expansão dos serviços sociais.

Sen relata que o Japão foi um exemplo pioneiro de intensificação do crescimento econômico por meio da oportunidade social, seguido pelos Tigres Asiáticos. Segundo ele, esse exemplo solapou o preconceito de que o “desenvolvimento humano” é um tipo de luxo que apenas os países mais ricos podem se dar. Ele também relata que, quando adotou a orientação para o mercado em 1979, a China já contava com um povo altamente alfabetizado para aproveitar as oportunidades econômicas (2010, p. 60- 63).

Ao comparar a China com a Índia, Sen mostra a vantagem da primeira com relação à educação e a vantagem da segunda com relação à liberdade. Ambas melhoram seus sistemas e possuem altos índices de crescimento atualmente. Por fim Sen conclui que a expectativa de vida se eleva “ *por meio* do dispêndio público com serviços de saúde e *por meio* do êxito na eliminação da pobreza. O principal é que o impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus *frutos* são aproveitados.” (2010, p. 66). Aplicado ao Brasil, torna-se fácil verificar essa relação de aumento da expectativa de vida e do IDH nos últimos anos e também entender seu retrocesso recente.

Sen afirma que: “A expansão de oportunidades sociais serviu para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando também circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida.” (2010, p. 67). Cita Coreia do Sul e Taiwan como economias com grande êxito no crescimento econômico *com* grande aumento da duração e qualidade de vida. Em contraste, cita o Brasil com grande êxito no crescimento econômico sem grande aumento na duração e qualidade de vida. Porém, durante os últimos governos, o Brasil logrou significativos avanços na qualidade e expectativa de vida. No entanto, na atual crise político-econômica, a elite brasileira decidiu voltar ao modelo anterior descrito por Sen. Ele também cita o contraste entre países com grande êxito no aumento da duração e qualidade de vida sem elevado crescimento econômico como Sri Lanka, China pré-reforma e o Estado indiano de Kerala (2010, p. 67). Hoje, a Índia, com altas taxas de crescimento ultrapassou o PIB do Brasil.

Por fim Sen aborda o processo conduzido pelo custeio público. Em suas palavras “Apesar de seus níveis de renda baixíssimos, os habitantes de Kerala, China ou Sri

Lanka apresentam níveis de expectativa de vida imensamente mais elevados do que as populações muito mais ricas do Brasil, África do Sul e Namíbia, sem mencionar o Gabão.” (2010, p. 69). Ele também responde à questão do custeio. Para os países de renda baixa: “Os serviços sociais relevantes (...) são altamente *trabalhos intensivos* e, portanto, relativamente baratos nas economias pobres onde os salários são baixos.” (2010, p. 70). E complementa: “Por outro lado, o sucesso do processo conduzido pelo custeio público realmente indica que um país não precisa esperar até vir a ser muito rico (...) antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde.” (2010, p. 71).

Como consequência dessas análises, Sen afirma: “A expansão da liberdade é tanto o principal fim como o principal meio para o desenvolvimento.” (2010, p. 77). Em seguida ele arremata: “Correspondendo a múltiplas liberdades inter-relacionadas, existe a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições, como sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação etc.” (2010, p. 77).

Segundo Zambam: “O desenvolvimento econômico opera, nessa nova perspectiva, como um meio importante para o desenvolvimento humano sustentável.” (2012, p. 138).

Ao mesmo tempo, o tema central resulta na necessidade da atenção universalista em valorizar o enaltecimento das capacidades humanas, contrário ao interesse injusto em promover o crescimento agregado enquanto desprezando como os frutos são distribuídos e o que é feito para fazer com que esses frutos sirvam aos interesses dos menos privilegiados (SEN; SUDNIR 1994, apud ZAMBAM 2012, p.139).

Zambam lembra que “um modelo de desenvolvimento que prima pela sustentabilidade está integrado com uma concepção de justiça que orienta a organização social.” (2012, p. 140). Por isso, segundo Sen e Sudnir:

[...] a obrigação de sustentabilidade não pode ser confiada inteiramente ao mercado. O futuro não é adequadamente representado pelo mercado, nem mesmo o futuro distante, e não há razão que ordene o comportamento do mercado com a obrigação de cuidar do futuro como nós cuidamos. (Apud ZAMBAM, 2012, p. 141).

Zambam, na sequência, lembra que o Estado tem como responsabilidade implícita a busca de soluções para as necessidades presentes e futuras. Mas o processo não pode estar apenas centrado na ação do Estado e seu aparato institucional. Então Sen e Sudnir concluem: “Nesse sentido, o desenvolvimento humano deveria ser visto como a maior contribuição para a realização da sustentabilidade.” (Apud ZAMBAM p. 48-149). Zambam, por sua vez, escreve:

A concepção sistêmica de desenvolvimento sustentável, em virtude da preocupação com os recursos naturais, considera prioritárias e relevantes, além da condição de bem-estar das pessoas e do necessário crescimento econômico, as diferentes e constantes variáveis que compõem a complexidade da vida social e ambiental, assim como a necessidade de não prejudicar a existência de vida humana no futuro e a administração equilibrada dos recursos naturais. (2012, p.164).

Fica claro para Zambam a responsabilidade moral de reordenar o processo de desenvolvimento em curso e de restabelecer com a natureza uma relação de respeito, admiração e cultivo. Neste sentido o desenvolvimento econômico pode se articular com o princípio da sustentabilidade, tendo-o como indicativo para sua organização e critério de avaliação a liberdade (2012, p.165). Por fim, Zambam afirma o nexo entre desenvolvimento sustentável e liberdade nos seguintes termos: “O exercício das liberdades substantivas não restringe nem limita a ação humana, mas orienta o modelo de desenvolvimento sustentável considerando as diferentes necessidades, os recursos tecnológicos e ambientais disponíveis e a responsabilidade para com as futuras gerações. (2012, p.169).

Conclusão

Pode-se verificar que, no Documento ‘Louvado sejas’, há uma boa parte que constitui uma mensagem dirigida “a toda a família humana” (n. 13), como também outras partes que fazem referência à experiência especificamente cristã, e até católica. Entende-se, assim, que houve uma repercussão não somente nos ambientes religiosos, particularmente católicos, mas em muitos meios de comunicação (jornais, TV etc.), inclusive por parte de não crentes, que consideraram muito importantes as reflexões apresentadas. E pode-se responder à pergunta apresentada no título desta reflexão afirmando que precisa “cuidar da criação” porque o futuro da “mãe Terra” interessa a todos.

Quanto ao pensamento de Amartya Sen, verifica-se que o mesmo apresenta tanto uma crítica ao modelo de desenvolvimento centrado no crescimento do PNB, como uma significativa sensibilidade ética, para com a liberdade e a dignidade da pessoa, vinculado à ampliação de suas capacidades, que pode expandir-se no sentido de um modelo de desenvolvimento livre e sustentável, na medida em que incorpora o cuidado com a natureza e bem-estar das gerações futuras.

Integra-se, assim, com as devidas distinções, uma abordagem religiosa, ética antropológica, política, econômica, educacional e cultural na abordagem de um modelo de desenvolvimento livre e sustentável.

Referências

BENTO XVI, Papa. Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação. Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz 2010. *L'Osservatore Romano*, Città del Vaticano, 15 dez. 2009. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20091208_xliii-world-day-peace_po.html>. Acesso em: 28 out. 2016.

BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização e espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva, 2000.

_____. *Cuidar da Terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Carta da Terra*, Haia, 29 jun. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em 20 jul. 2016.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. 5. ed. Campinas: Armazém Ipê, 2008. p. 19-33.

FIORILLO, Celso António Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Laudato Si*. Carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum, 24 maio 2015. Disponível em:

<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

JUNGUES, José Roque. *Ética Ambiental*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

JUNGES, José Roque. Desafios das biotecnologias à teologia moral. In: TRASFERETTI, José; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). *Ser e Viver: Bioética, biotecnologias e sexualidade*. Aparecida: Santuário; São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2008. p. 63-75.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexibilidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MILARÉ, Edis. *Direito do Ambiente*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Garamand, 2000.

NALINI, Renato. Justiça: aliada eficaz na natureza. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. 4. ed. Campinas: Armazém Ipê, 2005. p. 284-305.

PESSINI, Leocir; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. *Problemas atuais de Bioética*. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2007.

RAMPAZZO, Lino. Aspectos éticos e místicos do Texto-base da Campanha da Fraternidade 2004: Fraternidade e Água. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato (Org.). *Recursos Hídricos: aspectos éticos, jurídicos, econômicos e socioambientais*. Campinas: Alínea, 2007. Cap. 1. p. 9-36. v. 1.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. Religião e Psicologia. In: HOLANDA, Adriano (Org.). *Psicologia, religiosidade e fenomenologia*. Campinas: Alínea, 2004. p. 11-36.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *El valor de la democracia*. Trad. Javier Lomeli Espanha. Barcelona: El Viejo Topo, 2009.

SGREGGIA, Elio. *Manual de Bioética: I - Fundamentos e Ética Biomédica*. 2. ed. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVA, Olmiro Ferreira da. *Direito ambiental e ecologia: aspectos filosóficos contemporâneos*. Barueri: Manole, 2003.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito internacional e meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SUSIN, Luiz Carlos. *Nosso planeta, nossa vida: ecologia e teologia*. São Paulo: Paulinas, 2011.

YOSHIDA, C. Y. M.; RAMPAZZO, L. (Orgs.) . *O Direito e a Dignidade Humana: aspectos éticos e socioambientais*. Campinas: Alínea, 2012.

ZAMBAM, Neuro J. *Amartya Sem liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável*. Passo Fundo: IMED, 2012.